

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH
1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO
2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI
1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI
2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME
3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES
4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA
5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

Nº 145 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE
NOVEMBRO DE 2002 ANO XXVIII

DESPACHO:

Ventilam, na peça acusatória, o não pagamento de créditos de natureza vinculada, ou seja, Precatórios Requisitórios referentes aos anos orçamentários de 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001, cujos valores foram devidamente alocados e consignados para crédito obrigatório decorrente de condenações judiciais, previstos na Lei Orçamentária, anual, omitindo-se do cumprimento daquelas r. decisões, em afronta a determinações legais e preceptivos constitucionais, ferindo os princípios da

Limitando-se à observância das formalidades extrínsecas da denúncia, com estreita ênfase aos requisi-

tos constitutivos previstos nos artigos 75 e 76, do boletim legal antemencionado, obrigo-me a enfatizar: (a) permissão ofertada a **todo cidadão** para denunciar o Governador, perante esta Casa de Leis, por crime de responsabilidade, cuja (b) **peça acusatória haverá de ser assinada pelo denunciante e com firma reconhecida**, devendo ser acompanhada de (c) **documentos que a comprovem**.

Sobre estes três parâmetros, passo a discorrer.

II. Ao Presidente da Assembléia Legislativa, às fínas do artigo 118, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, incumbe proceder ao prévio exame dos requisitos formais da petição inaugural, antes de admiti-la como idônea para prosseguir ao trâmite legal, pressupondo um juízo preambular, da regularidade extrínseca das proposições sujeitas à deliberação do Poder Legislativo.

Sob este prisma, e por tal fundamentação, acato o Parecer nº 006/2002, emitido pela Douta Procuradoria Geral desta Casa de Leis, no que concerne ao item 1 (1.1./1.4.), integralmente, bem como, da conclusão apontada, senão vejamos.

A denúncia está desprovida dos requisitos formais acima alinhados. **A primeira deficiência atrela-se à legitimidade ativa ad causam**, uma vez que a lei possibilita a todo cidadão oferecer denúncia contra o Chefe do Poder Executivo; todavia, para tanto, é necessário comprovar-se, insofismavelmente, que revela-se **cidadão em pleno exercício de seus direitos políticos**. Diz respeito às prerrogativas da cidadania do brasileiro que tem direito de participar dos negócios políticos, o que se comprova com a apresentação do Título de Eleitor cancelado pela Justiça Eleitoral ladeado dos comprovantes de votação ou certidão expedida pelo TRE, demonstrando o exercício dos direitos políticos. Tal não se infere no caso em tela, tendo em vista que se visualiza, unicamente, uma reduzida minoria teria apresentado aqueles (títulos de eleitores), sem, entretanto, comprovar participações nos processos eletivos.

Assim, decorre a arguição preliminar de ilegitimidade ativa para promover a presente denúncia, estendida a todos os Denunciantes, haja vista que esta não se estende às pessoas físicas não alistadas eleitoralmente, mas tão somente, às pessoas investidas do *status civitatis*.

A segunda deficiência decorre da personificação da denúncia, que deverá ser assinada pelo próprio Denunciante com firma reconhecida, o que incorreu na peça acusatória apresentada, que foi firmada exclusivamente pelo procurador constituído, com autenticação notarial unicamente de sua assinatura - tampouco os instrumentos de mandato que instruem-na, dispõem de qualquer autenticação.

Nessa senda, cumpre revelar que o artigo 75, legitima pessoalmente o cidadão, sem intermediações, consistindo o reconhecimento de firma, elemento acessório ao requisito principal, denúncia assinada pelo cidadão. Por conseguinte, revela-se inexistente o cumprimento das determinações legais atreladas à matéria em voga, mesmo porque a Lei nº 8952/13.12.94 (cc/artigos 38 - CPC e 5º, § 2º, do Estatuto da Advocacia) - aventada pelos Denunciantes - prende-se unicamente à questão forense, largamente diversa do procedimento de natureza político-administrativa consoante se infere, qual seja, apreciação pelo Poder Legislativo de cometimento ou não de crime (de responsabilidade) regulamentado por lei especial.

Finalmente, **a terceira deficiência** vincula-se ao frágil arcabouço probatório apresentado, uma vez que emerge cristalina a **insuficiência de provas**. Limitam-se os Denunciantes a considerar como prova incontestada e material do delito, certidão expedida pelo E. Tribunal de Justiça, em data de 06.08.2002, portanto, com validade já expirada, desconstituindo qualquer possibilidade de apreciação; bem como, carregam outros documentos que nada comprovam, pois inservíveis a comprovar o que quer que seja, senão apenas ilustrar (copioso número de jornais) situações afetas ao inadimplemento de precatórios judiciais ocorridas em outros Estados, que nem ao menos noticiam que tal fato tenha ensejado a destituição de um dos Chefes do Poder Executivo, por motivação análoga ao presente caso; e, ainda, meros cálculos aritméticos de juros moratórios e compensatórios que desmerecem maiores considerações.

III. Ao vislumbrar tão somente o âmbito da regularidade formal da denúncia, em cuja análise constatarei sérias e intransponíveis deficiências, ao seu tempo e lugar identificadas, aptas a inviabilizarem o seu regular trâmite nesta Assembléia Legislativa e, conseqüentemente, por não reunir as condições mínimas de procedibilidade, traçadas na Lei Federal nº 1079/50, **INDEFIRO** a presente petição de denúncia, revelando-se desnecessário adentrar no mérito, o que impossibilita o crivo revisional por qualquer instância deste Poder Legislativo.

IV. Dê-se ciência aos Ilustres Denunciantes.

V. À D.L. - PUBLIQUE-SE; À D.A. - ARQUIVE-SE.

Em 20 de novembro de 2002.

(a) DEPUTADO HERMAS BRANDÃO
PRESIDENTE

DESPACHO:

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Estadual HERMAS EURIDES BRANDÃO, ao final assinado, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 118, § 2º, do Regimento Interno, após acurado exame da denúncia contida no protocolado autuado nesta Casa sob nº 0409/2002, passa a se manifestar nos seguintes termos:

Os Deputados Federais JOSÉ GENOÍNO e FLORISVALDO FIER, e outros nomes relacionados no abaixo assinado que acompanha o presente expediente, devidamente qualificados na inicial, por seus Procuradores constituídos, apresentaram denúncia, com fulcro nos artigos 88, incisos IV e VII, da Constituição Estadual de 1989 e artigos 1º, 10, inciso IV, 74/77, § 3º e 79 da Lei Federal nº 1079/50 contra o Excelentíssimo Senhor Doutor **JAIME LERNER** por crime de responsabilidade, pleiteando a destituição de sua pessoa do cargo de Governador do Estado do Paraná - eletiva ou por nomeação - ou seja, *impeachment*, às fincas do artigo 54, inciso XV, da Constituição do Estado do Paraná.

Submetido o feito à apreciação da Douta Procuradoria Geral desta Casa, esta se pronunciou pela rejeição da renúncia, consoante as razões do Parecer nº 007/2002-PG.

Relatado o essencial, passo a decidir.

Vislumbrando-se tão somente o âmbito da regularidade formal da denúncia, em cuja análise constata-se sérias e intransponíveis deficiências, ao seu tempo e lugar identificadas, aptas a inviabilizarem o seu regular trâmite nesta Assembléia Legislativa e, conseqüentemente, por não reunir as condições mínimas de procedibilidade, traçadas pela Lei Federal nº 1079/50, acato o parecer retro mencionado para o fim de **REJEITAR** a denúncia, por esta estar patentemente inepta, revelando-se desnecessário adentrar no mérito, o que impossibilita o crivo revisional por qualquer instância deste Poder Legislativo.

Dê-se ciência aos Ilustres Denunciantes.

À D.L.

Publique-se.

À D.A.

Arquive-se.

Curitiba/PR, em 27 de novembro de 2002.

(a) Deputado HERMAS EURIDES BRANDÃO
Presidente

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

14ª LEGISLATURA ATA DA 096ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2002

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Após a leitura da Ata concederemos a palavra ao deputado nacional Carlos Aníbal Paes, do Congresso Nacional do Paraguai.

Temos a honra e a satisfação de recebê-lo nesta Casa de Leis e damos as boas-vindas, na certeza de que o Paraná e Brasil têm pelo Paraguai uma grande consideração, um grande laço de amizade e laços comerciais.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao deputado nacional Carlos Aníbal Paes, nosso ilustre visitante, que muito nos honra, hoje, com sua presença no Parlamento do Paraná.

O SR. CARLOS ANÍBAL PAES

Muito obrigado, senhor presidente!

Senhor presidente, honorável Assembléia, para os outros é um enorme prazer poder estar compartilhando com vocês esta Assembléia Legislativa já que estamos em um dos lugares da república do Brasil, um dos lugares mais ricos, mais potentes e mais adiantados. Nós cremos, lá no Paraguai, que o acerto tem que ser do Paraguai. Não há interesse do Paraguai com o Brasil. Pelo menos é o interesse do Paraguai com o Paraná, sem desmerecer o outro.

Estamos tão perto um do outro que é de suma importância a integração regional, sempre tendo em conta o fator principal da vida que é o ser humano. Se nós todos não fazemos as coisas com objetivo do fortalecimento do ser humano, não tem nenhum valor. Então, estou convencido de que em muito pouco tempo vamos estar com o acerto da República do Paraguai com o Estado do Paraná.

Estamos firmando convênio com o Hospital Erasto Gaetner, convênio no sentido de apoiar um hospital de câncer, no Paraguai, e por outro lado estamos falando com outras pessoas, de outros temas que também dizem respeito ao desenvolvimento dos nossos dois países, e convencidos estamos, como eu dizia, de que esta relação que - pelo menos da minha parte - se inicia agora, não quero deixá-lo pelo caminho. Quero seguir até que se conclua os projetos que fazem o desenvolvimento dos povos.

Estou muito feliz em estar com os senhores. Aqui o presidente demonstrou por mim um apreço muito especial e não sei se algum dia poderei pagar este carinho com que me brinda. Estou muito contente! Desejo aos senhores muitas felicidades, que tenham êxito em todas as suas funções, em todas as suas tarefas e para frente com a integração.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O deputado Algaci Tulio fará uma saudação em nome do Parlamento do Paraná, ao nosso ilustre visitante.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, nosso companheiro deputado Carlos Aníbal Paes, deputado federal do Paraguai, presidente da Fundação Viver e representando o Congresso Nacional Paraguaio em Curitiba; presente também o Dr. Jorge Luiz Ortiz Finger, que é assessor da Cooperação Internacional do Paraguai e o Dr. Vanderlei Donini, nosso companheiro, já que tem estado nesta Casa, na busca de um entendimento, na busca de melhorias para o nosso Hospital Erasto Gaetner.

A presença da delegação paraguaia, especialmente do deputado Carlos Anibal Paes, deve-se ao fato de que hoje pela manhã nós iniciamos, e eu tive a honra de representar o presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, no 2º Encontro Paranaense do Voluntariado da Luta contra o Câncer. Amanhã comemora-se o Dia Nacional

da Luta contra o Câncer. E a Rede Feminina de Combate ao Câncer, a Liga Paranaense de Combate ao Câncer, ligadas ao Hospital Erasto Gaetner, hospital-referência, a nível de Brasil, pela excelência de seu corpo técnico, seu corpo médico, equipamentos, é, sem dúvida alguma, um hospital que merece de todos nós paranaenses o maior apreço.

Para que tenham idéia, em 2002 foram atendidas cerca de 140.000 pessoas nos vários serviços de especialidades do Hospital Erasto Gaetner. Só isso já demonstra a importância deste hospital no contexto paranaense e brasileiro.

Como hoje, na hora do almoço, o presidente Hermas Brandão, ao receber a comitiva, dizia que a doença não tem fronteira. É exatamente neste sentido que nosso companheiro parlamentar paraguaio aqui está, para fortalecer os laços entre nós paranaenses, brasileiros e paraguaios, de quem somos apenas divididos por uma fronteira, porque os ideais, os interesses, a busca da melhoria da qualidade de vida do cidadão paraguaio e brasileiro é do interesse de todos nós.

Lá, pela manhã, também esteve a deputada Serafina Carrilho que além de ser deputada é também voluntária da Rede Feminina de Combate ao Câncer. Ela faz parte de um grupo de mulheres que são chamadas anjos cor-de-rosa, que vestem seu avental cor-de-rosa e no seu dia-a-dia tiram horas de seu dia, tiram um dia da sua semana, tiram uma semana de seu mês, tiram um mês de seu ano para prestar um trabalho de solidariedade, de voluntariado que realmente enobrece realmente pessoas como V. Exa., deputada Serafina Carrilho. Ela, além da sua atividade parlamentar, além da sua atividade como dona de casa, mãe de família, ainda acha tempo para prestar serviço àqueles doentes, portadores de câncer, que lá estão.

Às vezes, a medicina não encontra a cura, mas uma mão o calor humano de uma voluntária que lá vai para fazer a barba, para cortar a unha, que lá vai para fazer a higiene, acaba sendo o remédio para a cura deste paciente.

Por isso, senhor presidente, é que a doença realmente não tem fronteira. Por isso, não pode ter fronteira entre nós, entre os irmãos paraguaios, os irmãos argentinos, não há sentido que haja essa fronteira e o Mercosul está aí, o Mercosul existe com programas e até com verbas!

Tanto o Brasil como o Paraguai e outros países que fazem parte do Mercosul ainda não descobriram a importância das comissões parlamentares. Nós temos aqui a Comissão Parlamentar do Mercosul, os demais Estados brasileiros também têm, no Congresso Nacional também existe, e o que é pior, sabe-se que há verba de quase 6.000.000 de dólares para investimento, especialmente no trato das questões das fronteiras e nós ainda não encontramos um caminho para buscar esta verba! Buscar este dinheiro e investir!

Ainda na conversa que eu tive hoje pela manhã com o próprio deputado Paez, ele dizia que hoje vivem no Paraguai aproximadamente 400.000 brasileiros, e destes, aproximadamente 100.000 estão na fronteira, os chamados brasiguaios. Este pessoal precisa, mais do que nunca, de interferência dos Paramentos, de uma ação política efetiva para que possam ter a sua vida regularizada, para que possam ter direito à saúde, à alimentação, ao meio ambiente, à moradia! E por isso é importante a política de cooperação entre Brasil e Paraguai, neste momento! Por isso, toda a sociedade é convocada para participar desta atividade.

Então, senhores parlamentares, senhores deputados, é com muita satisfação que recebemos hoje aqui o nosso companheiro, deputado Carlos Paez, que além de deputado federal também é médico, é homem que pertence ao governo do Paraguai e que está participando, desde hoje pela manhã, até amanhã aqui na capital do Estado, desde segundo encontro paranaense do voluntariado. E como dois atos importantes que foram registrados hoje pela manhã e esta cooperação mútua entre Brasil e Paraguai, foi demonstrada pela necessidade e pelo interesse de ambas as partes, pela visão política, pela visão administrativa do companheiro Vanderlei Donini (?), que é o gerente administrativo da Liga Paranaense de Combate ao Câncer do Hospital Erasto Gaetner.

E hoje pela manhã nós testemunhamos a assinatura da carta de intenções entre o governo da República do Paraguai, neste ato representado pelo Ministro de Estado da Saúde e Bem-Estar Social da República do Paraguai, pelo deputado Paez e a Liga Paranaense de Combate ao Câncer, entidade filantrópica, de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, gestor e mantenedora do Hospital Erasto Gaetner. A Carta de Intenções expressa a nossa esperança de comum acordo, de promover e estabelecer parcerias entre o governo da República do Paraguai e a Liga Paranaense de Combate ao Câncer, com a finalidade de fortalecer o relacionamento técnico, científico, acadêmico, cultural entre essas duas instituições.

Ao mesmo tempo, também foi assinado um convênio de cooperação técnica e científica entre também a Liga Paranaense de Combate ao Câncer e a Fundação Viver da República do Paraguai. Foram dois atos importantes registrados hoje pela manhã e que justifica por si só a presença da delegação paraguaia, a presença do nosso amigo Vanderlei Donini (?), e já tem tido com esta Casa estreito relacionamento na busca de melhores condições e atendimento ao nosso Hospital Erasto Gaetner.

Sejam bem vindos! Obrigado pela presença aqui no Estado do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos suspender a Sessão por dois minutos, que o nosso ilustre visitante tem outros compromissos e está se retirando do nosso Parlamento.

(Suspensa a Sessão)

Solicito ao deputado Nelson Tureck a leitura do Expediente.

Após, conforme solicitação da deputada Luciana, daremos a palavra ao presidente Madison de Oliveira, por cinco minutos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os n.ºs CTL/SEEG/521 a 573, 576, 577, 578, 581, 582 e 583/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

502/2002: de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Instituto Pedro Luiz Boaretto, com sede e foro no município de Cascavel, o qual foi convertido em Lei n.º 13.811. **Anote-se - Arquivo-se.**

501/2002: de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários da Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro, com sede e foro em Curitiba, o qual foi convertido em Lei n.º 13.812. **Anote-se - Arquivo-se.**

499/2002: de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro nesta Capital, o qual foi convertido em Lei n.º 13.813. **Anote-se - Arquivo-se.**

472/2001: de autoria do deputado Edson Strapason, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Arapongas, Esperança e Esplanada, com sede e foro no município de Colombo, o qual foi convertido em Lei n.º 13.814. **Anote-se - Arquivo-se.**

492/2002: de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores da Vila Rural Santa Bernadete, Distrito de Monte Real, com sede na mesma Vila e foro em Santo Antonio da Platina, o qual foi convertido em Lei n.º 13.815. **Anote-se Arquivo-se.**

549/2002: de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Moradias Santa Clara, com sede e foro nesta Capital, o qual foi convertido em Lei n.º 13.816. **Anote-se - Arquivo-se.**

541/2002: de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros por Fretamento de Curitiba - Sinfretiba, com sede e foro nesta Capital, o qual foi convertido em Lei n.º 13.817. **Anote-se - Arquivo-se.**

541/99: de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã Ebenezer - Acebe, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual foi convertido em Lei n.º 13.818. **Anote-se - Arquivo-se.**

676/2001: de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fênix, com sede e foro no município de Engenheiro Beltrão, o qual foi convertido em Lei nº 13.819. **Anote-se - Arquivo-se.**

594/2002: de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência Médica Hospitalar Dr. Lincoln Graça, com sede e foro na cidade de Joaquim Távora, o qual foi convertido em Lei nº 13.820. **Anote-se - Arquivo-se.**

592/2002: de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria do Oeste, com sede no município de Santa Maria do Oeste e foro no município de Pitanga, o qual foi convertido em Lei nº 13.821. **Anote-se - Arquivo-se.**

593/2002: de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense de Santo Antonio da Platina, com sede e foro na cidade de Santo Antonio da Platina, o qual foi convertido em Lei nº 13.822. **Anote-se - Arquivo-se.**

534/2002: de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário km 128, com sede e foro no município e comarca de Campo Mourão, o qual foi convertido em Lei nº 13.823. **Anote-se - Arquivo-se.**

559/2002: de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Centro de Convivência Menina Mulher - CCMM, com sede e foro no município de Curitiba, o qual foi convertido em Lei nº 13.824. **Anote-se - Arquivo-se.**

540/2002: de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM do Colégio Estadual Antonio Lacerda Braga - Ensino Fundamental, Médio e Profissional, com sede e foro no município de Goioerê, o qual foi convertido em Lei nº 13.825. **Anote-se - Arquivo-se.**

539/2002: de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Duque de Caxias - Ensino Médio, com sede e foro no município e comarca de Goioerê, o qual foi convertido em Lei nº 13.826. **Anote-se - Arquivo-se.**

538/2001: de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Ação Social - Provopar, com sede no município de Rio Bom e foro no município de Marilândia do Sul, o qual foi convertido em Lei nº 13.827. **Anote-se - Arquivo-se.**

526/2001: de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Araucária, com sede e foro no município de Campo Mourão, o qual foi convertido em Lei nº 13.828. **Anote-se - Arquivo-se.**

532/2002: de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Curitiba, com sede e foro no município de Goioerê, o qual foi convertido em Lei nº 13.829. **Anote-se - Arquivo-se.**

510/2002: de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública o Instituto São José - ISJ, com sede e foro na comarca de Peabiru, o qual foi convertido em Lei nº 13.830. **Anote-se - Arquivo-se.**

460/2002: de autoria do deputado Fernando Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica da Igreja Evangélica Pentecostal Unida na Missão de Cristo, com sede e foro nesta Capital, o qual foi convertido em Lei nº 13.831. **Anote-se - Arquivo-se.**

464/2002: de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Assistencial Alimentação Maior - Nalma, com sede e foro no município de Ibiporã, o qual foi convertido em Lei nº 13.832. **Anote-se - Arquivo-se.**

465/2002: de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Núcleo dos Criadores de Sistema da Região de Maringá, com sede e foro no município de Maringá, o qual foi convertido em Lei nº 13.833. **Anote-se - Arquivo-se.**

461/2002: de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas "Chão Vermelho", de Cornélio Procópio, com sede e foro no município de Cornélio Procópio, o qual foi convertido em Lei nº 13.834. **Anote-se - Arquivo-se.**

458/2002: de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa protegida Malala Maciel, com sede e foro nesta Capital, o qual foi convertido em Lei nº 13.835. **Anote-se - Arquivo-se.**

455/2002: de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Conselho da Comunidade da Comarca de Ibiporã, com sede e foro no município de Ibiporã, o qual foi convertido em Lei nº 13.836. **Anote-se - Arquivo-se.**

447/2001: de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Bom Sucesso do Sul, com sede e foro no município de Bom Sucesso do Sul e foro no município de Pato Branco, o qual foi convertido em Lei nº 13.837. **Anote-se - Arquivo-se.**

424/2002: de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários da Escola Municipal Teodolindo de Souza Franco, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão, o qual foi convertido em Lei nº 13.838. **Anote-se - Arquivo-se.**

438/2002: de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Movimento Pró-Paraná - Ente de Integração e Relações Institucionais do

Paraná, com sede e foro na comarca de Curitiba, o qual foi convertido em Lei nº 13.839. **Anote-se - Arquivo-se.**

441/2002: de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Missão de Resgate, Restauração e Vida ao Menor, com sede e foro no município de Paranaguá, o qual foi convertido em Lei nº 13.840. **Anote-se - Arquivo-se.**

345/2002: de autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Blumenstraus, com sede no município de Maripá e foro no município de Palotina, o qual foi convertido em Lei nº 13.841. **Anote-se - Arquivo-se.**

419/2002: de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Alfeu Teodoro de Oliveira, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão, o qual foi convertido em Lei nº 13.842. **Anote-se - Arquivo-se.**

420/2002: de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Maria Pereira de Oliveira, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão, o qual foi convertido em Lei nº 13.843. **Anote-se - Arquivo-se.**

421/2002: de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública o Grupo Teatral Ralmeny, com sede e foro no município de Terra Roxa, o qual foi convertido em Lei nº 13.844. **Anote-se - Arquivo-se.**

377/2002: de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Ponta Grossa, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, o qual foi convertido em Lei nº 13.845. **Anote-se - Arquivo-se.**

390/2002: de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoólatra, com sede e foro no município de Formosa do Oeste, o qual foi convertido em Lei nº 13.846. **Anote-se - Arquivo-se.**

408/2002: de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Independência, Ensino Pré a 1º Grau, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê, o qual foi convertido em Lei nº 13.847. **Anote-se - Arquivo-se.**

395/2002: de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade de Consolata - AMCC, com sede e foro no município de Formosa do Oeste, o qual foi convertido em Lei nº 13.848. **Anote-se - Arquivo-se.**

375/2002: de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Pastoral da Criança da Paróquia Nossa Senhora das Graças de Sarandi, com sede e foro no município de Sarandi, o qual foi convertido em Lei nº 13.849. **Anote-se - Arquivo-se.**

372/2002: de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Provopar Ação Social de Guarapuava - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Guarapuava, o qual foi convertido em Lei nº 13.850. **Anote-se - Arquivo-se.**

376/2002: de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, o qual foi convertido em Lei nº 13.851. **Anote-se - Arquivo-se.**

367/2002: de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Instituto Paranaense 28 de Junho - Conscientização e Direitos Humanos (InPar 28 de junho), com sede e foro nesta Capital, o qual foi convertido em Lei nº 13.852. **Anote-se - Arquivo-se.**

366/2002: de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Rede Paranaense de Metrologia e Ensaio - Paraná Metrologia, com sede e foro nesta Capital, o qual foi convertido em Lei nº 13.853. **Anote-se - Arquivo-se.**

365/2002: de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Artística para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com sede e foro nesta Capital, o qual foi convertido em Lei nº 13.854. **Anote-se - Arquivo-se.**

456/2002: de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Jardim Alvorada, com sede e foro no município de Maringá, o qual foi convertido em Lei nº 13.855. **Anote-se - Arquivo-se.**

344/2002: de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Primeiro de Maio - Provopar, com sede e foro no município de Primeiro de Maio, o qual foi convertido em Lei nº 13.856. **Anote-se - Arquivo-se.**

323/2002: de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Assistencialista Mãe Maria de Nazaré, com sede e foro no município de Irati, o qual foi convertido em Lei nº 13.857. **Anote-se - Arquivo-se.**

308/2002: de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Creche Batista Aliança Eterna, com sede e foro no município de Maringá, o qual foi convertido em Lei nº 13.858. **Anote-se - Arquivo-se.**

282/2002: de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Icaraíma, o qual foi convertido em Lei nº 13.859. **Anote-se - Arquivo-se.**

278/2002: de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Grupo Associado Municipal Beneficente e Assistencial de Colorado - Gamba, com sede e foro no município de Colorado, o qual foi convertido em Lei nº 13.860. **Anote-se - Arquivo-se.**

254/2002: de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Hospital Universitário Regional de Maringá - AAHU, com sede e foro no município de Maringá, o qual foi convertido em Lei nº 13.861. **Anote-se - Arquivo-se.**

217/2002: de autoria do deputado Hermas Brândão, que declara de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia de Siqueira Campos, com sede e foro no município de Siqueira Campos, o qual foi convertido em Lei nº 13.862. **Anote-se - Arquivo-se.**

140/2002: de autoria do deputado Hermas Brândão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Ostomizados Núcleo de Cornélio Procópio, com sede e foro no município de Cornélio Procópio, o qual foi convertido em Lei nº 13.863. **Anote-se - Arquivo-se.**

294/2002: de autoria do deputado Nelson Garcia, que denomina de Rodovia Engenheiro Gil Azevedo Leal, o trecho da PR-082, que liga os municípios de Ivaté, Icaraíma e Porto Camargo no Estado do Paraná, ao Estado do Mato Grosso do Sul, o qual foi convertido em Lei nº 13.864. **Anote-se - Arquivo-se.**

189/2002: de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que denomina professor Carlos Augusto Mungo Genez, o Centro de Educação Profissional de Londrina, localizado no Colégio Estadual Maria do Rosário Castaldi, o qual foi convertido em Lei nº 13.865. **Anote-se - Arquivo-se.**

631/2002: de autoria do deputado Durval Amaral, que altera valores de tabelas da Lei nº 12.457/99, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 13.866. **Anote-se - Arquivo-se.**

086/2002: de autoria do deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter, mediante doação, o imóvel, que especifica, ao município de Icaraíma, o qual foi convertido em Lei nº 13.867. **Anote-se - Arquivo-se.**

526/2002: do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso à Universidade Livre do Artesanato e Cultura Popular do Paraná - Uniart, do imóvel que especifica, situado à Rua Dr. Muricy, 950 - Centro - Curitiba / PR, o qual foi convertido em Lei nº 13.868. **Anote-se - Arquivo-se.**

571/2002: de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã Evangélica Sul Americana - Acesa, com sede no município de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 13.869. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 293/2002, do senhor ministro Marco Aurélio - presidente do Supremo Tribunal Federal, que sobre o Recurso Extraordinário nº 275.480 - Recorrente - Estado do Paraná e Recorridos - Jorge Miguel Nassar e outros, foi proferida a seguinte decisão: "O Tribunal conheceu e proveu o extraordinário para julgar improcedente o pedido formulado na inicial e declarou a inconstitucionalidade do artigo 39

do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta do Estado do Paraná". **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO GAB/2002

Curitiba 25 de novembro de 2002

Tem este a finalidade de solicitar a especial atenção V. Exa. no sentido de autorizar o uso da tribuna dessa casa de Leis, no dia de amanhã, 26.11, no horário da Sessão Plenária, para os estudantes da UPE - União Paranaense de estudantes, entidade essa que será reinaugurada no dia 27 de novembro do corrente ano.

Pauta: Tomada do Casarão da UPE.

Nada mais havendo para o momento, renovamos protestos de incondicional apreço e distintas considerações.

Sala das Sessões, em 26.11.2002

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Proposta de Emenda:

Proposta de Emenda à Constituição
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

A P R O V A :

Art. 1º - O artigo 54 da Constituição do Estado fica acrescido do seguinte inciso XXXVI:

"XXXVI - dispor sobre o sistema de previdência e assistência social dos seus membros e dos servidores de sua Secretaria, extensivos ao cônjuge ou companheiro e aos dependentes."

Art. 2º - Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, LUIZ CARLOS ZUK, EDSON STRAPASSON, MOYSÉS LEÔNIDAS, CESAR SELEME, LUIZ ACCORSI, ALGACI TULIO, ANTONIO CARLOS BELINATI, DIVANIR BRAZ PALMA, NELSON TURECK, ELIO RUSCH, SERAFINA CARRILHO, ADEMIR BIER, SÉRGIO SPADA, NEREU MOURA, ANTONIO ANIBELLI, PASTOR EDSON PRACZYK, AUGUSTO ZUCCHI, RENATO GAÚCHO, ELI GHELLERE, NELSON GARCIA JOSÉ MARIA FERREIRA, FERNANDO GUIMARÃES E 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A seguridade social é assegurada a todo cidadão, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do artigo 195 da CF. São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição. O artigo 24 diz: "Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrente sobre:

....
XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;”
....

Visando contemplar, no âmbito do Estado, a previdência parlamentar, necessário se torna acrescentar à Constituição Estadual o mencionado dispositivo, para que, através da legislação específica, venha constituir o regime próprio de previdência, pelo exercício daquela atividade, que assegure ao deputado os benefícios e assistências.

Ressaltamos que a aposentadoria parlamentar foi instituída no Brasil acerca de 30 anos, nos moldes existentes nos principais Estados civilizados e democráticos do mundo, como a França, a Bélgica, EEUU, Israel, Alemanha, Suécia e outros, com a finalidade de agasalhar no futuro o Agente Parlamentar, garantindo-lhes a independência e honradez no desempenho de seu mandato, passando então o parlamentar a ter assegurada uma vida digna, após cumprir sua missão política com dedicação e patriotismo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2527

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.
(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 2546

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do item 14 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária por 10 Sessões, Projeto de Lei 660/2002, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 046/2002, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio de cooperação técnica não reembolsável com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.
(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2549

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do item 14 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária por 10 Sessões, Projeto de Lei 660/2002, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 046/2002, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio de cooperação técnica não reembolsável com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

sões, Projeto de Lei 660/2002, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 046/2002, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio de cooperação técnica não reembolsável com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e que o mesmo seja remetido a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação desta Casa para discussão e emissão de parecer.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.
(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2545

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do item 15 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária por 10 Sessões, Projeto de Lei 697/2002, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 049/2002, que prorroga para 29 do presente mês prazo para pagamento da parcela única ou da primeira parcela de créditos tributários

Sala das Sessões, em 26.11.2002.
(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2543

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do item 04 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária por 10 Sessões, Projeto de Lei 567/2002, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 032/2002, que trata de cessão de uso de Santo Antônio do Caiuá.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.
(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2533

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER a retirada dos itens 03 e 04 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária por 10 Sessões, Projetos de Lei 553/2002 e 567/2002, de autoria do Poder Executivo, Mensagens Governamentais nºs 031/2002 e 032/2002, que tratam de cessão de uso de imóveis aos municípios de Tibagi e Santo Antônio do Caiuá.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.
(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2541

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do item 12 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária por 02 Sessões, Projeto de Lei 207/2001, de autoria do deputado

Renato Gaúcho, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2559-A

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 683/2002, item 17 da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2526

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, destinação de parte do horário do expediente da sessão Ordinária do dia 26 de novembro do corrente, ao Conselho Estadual de Saúde, na pessoa do Dr. Mário Lobato, que fará explanação sobre a questão orçamentária 2003 na área da saúde.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2524

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 047/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a repassar recursos do salário educação aos municípios, retroativamente a janeiro de 1999.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2534

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, vem mui respeitosamente REQUERER de V. Exa., anexação dos Projetos de Lei nºs 295/2002 e 440/2002, de autoria dos deputados Ademar Traiano e Nelson Garcia, respectivamente, que tratam da prorrogação de prazo dos efeitos da Lei Estadual nº 13.213, de 29 de junho de 2001.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2554

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da sessão de hoje, voto de pesar, pela falecimento do senhor David

Cano Garcia, ocorrido no dia 21 do corrente mês na cidade de Diamante do Norte, Estado do Paraná.

Outrossim, requer também que seja dado ciência à família enlutada, à rua Nelson Trizzi, nº 880 - CEP 87990-000 - Diamante do Norte-PR.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 2530

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Paula Freitas pela passagem, no próximo dia 08 de dezembro/2002, de seus 38 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência aos Exmos. Srs. Waldemar Antonio Capeleti, prefeito municipal; Luiz Sérgio Carneiro de Campos, vice-prefeito, bem como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paula Freitas.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com grande júbilo toda a população de Paula Freitas estará comemorando festivamente a passagem de mais um aniversário de sua emancipação política, no próximo dia 08 de dezembro.

Parabenizamos, através desta proposição, toda a população honesta e trabalhadora de Paula Freitas, que continua dando sua importante parcela de contribuição para o desenvolvimento do município.

É através desse trabalho digno que a população presta eficiente colaboração, sempre com espírito de luta e companheirismo, demonstrado por todos, em favor do bem comum.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, congratula-se com toda a população de Paula Freitas, principalmente com os que acreditam que é somente com trabalho, muito trabalho, que se obtém segurança e se escreve o futuro construindo um Paraná melhor para os paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 2531

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Porto Vitória pela passagem, no próximo dia 08 de dezembro/2002, de seus 38 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Francisco Kampmann, prefeito municipal; Marisa de Fátima Ilkiu, vice-prefeita, bem

como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Porto Vitória.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Congratulamo-nos com toda a população de Porto Vitória, na magna data de comemoração dos seus 38 anos de emancipação política.

A história de Porto Vitória é de trabalho e luta, sempre renovada pela fibra de seu povo, com a colaboração de seus administradores de todos os tempos. O fundamental é que o trabalho diuturno desenvolvido em conjunto - administração e povo - está trazendo benefícios para toda a região, e com isso, as soluções para os inúmeros problemas que vão surgindo.

É com grande satisfação que, através deste, associamo-nos a todas as homenagens devidas ao município que ora aniversaria.

Toda a população de Porto Vitória é digna do nosso respeito e admiração, na certeza de que continuará sempre com a mesma garra desenvolvendo importante trabalho em prol da grandeza do município.

REQUERIMENTO Nº 2532

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de São Jorge do Ivaí, pela passagem, no próximo dia 08 de dezembro/2002, de seus 47 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. José Luiz Bovo, prefeito municipal; ao vice-prefeito, Sr. Iduilian Zago, bem como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Sentimo-nos honrados em parabenizar, através desta proposição, a laboriosa população de São Jorge do Ivaí, que continua dando o melhor de seus esforços e colaborando para o completo desenvolvimento do seu município.

A história de São Jorge do Ivaí é de luta, sempre renovada pela fibra de seu povo ao longo dos 47 anos de emancipação politicamente organizada.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por nosso intermédio, associa-se às homenagens ora prestadas ao município de São Jorge do Ivaí, com votos de que continue na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 2538

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Gazeta do Paraná, pela comemoração de seus 11 anos.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O resultado do trabalho não pode ser outro senão o reconhecimento. Por esta razão, o Paraná está comemorando junto com o jornal Gazeta do Paraná seus gloriosos 11 anos de fundação.

Já vai longe o dia 22 de novembro do ano de 1991 quando nasceu o jornal Gazeta do Paraná. A caminhada longa, difícil, porém segura, deram a ele a credibilidade dos paranaenses e um lugar entre os jornais mais lidos do Estado. Ao lado do Paraná, ele tem caminhado, defendendo sempre os interesses do povo, que tem em suas páginas mais que um veículo de informação, mas uma verdadeira arma de combate, pois ele se destaca pelas suas posições sérias, honestas, muitas vezes rigorosas - características de quem possui um compromisso com a verdade.

A qualidade de trabalho da equipe reflete-se em suas páginas diárias. Com um jornalismo competente e direto, a Gazeta do Paraná não deixa nada a dever a veículos de comunicação maiores do nosso Estado - está sempre na frente e é um verdadeiro porta-voz do nosso Paraná. Em todos os grandes e pequenos momentos, ele estava lá. Seja nos meios políticos, artísticos, sociais, é comum vermos a Gazeta do Paraná passar de mão em mão e ele vai seguindo sua trajetória de sucesso entre os paranaenses.

Pelo importante serviço prestado aos paranaenses e pela comemoração de seus 11 gloriosos anos, receba o jornal Gazeta do Paraná, pelo seu diretor, Marcos Formighieri (Rua Capitão Virgínio de Oliveira Melo, 108 - Curitiba - PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2539

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações à Escola Especializada Primavera, pela comemoração de seus 31 anos.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Especializada Primavera, localizada no bairro Tarumã, em Curitiba, mantenedora da Escola de Educação Especial Primavera está comemorando seus 31 anos de fundação. Fundado em 1971, desmembrou-se do Departamento de Crianças Deficientes que pertencia ao "Nosso Jardim - Associação de Ensino Pré-Primário" e

instalou-se inicialmente em casa alugada e adaptada na Rua Santo Antonio, 878.

E, 27 de setembro de 1975, a Escola Primavera inaugurou sua sede própria, construída em terreno doado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, cujo prédio foi planejado para as finalidades a que a instituição se destina. Instalados em um terreno de 3000 m², com área total construída de quase 1500 m² a escola atende atualmente 120 alunos especiais com deficiência mental moderada e possui 34 funcionários entre professores, pessoal administrativo, serventes, atendentes e técnicos, e a Instituição é mantida através de convênios com os governos Estadual e Federal e do auxílio da comunidade através da realização de eventos que são na realidade a maior fonte de recursos da qual a escola pode dispor, sendo desta forma praticamente apoiada na sua totalidade pela sociedade, que tem auxiliado na tarefa de educar, socializar e integrar a pessoa especial na sociedade para que ela possa exercer integralmente a cidadania.

A escola oferece ainda atendimento dos 03 aos 21 anos, além dos programas de educação infantil, ensino fundamental, ensino supletivo (parceria como Centro de Ensino Supletivo Paulo Freire) e ainda o ensino pré-profissionalizante (em auxiliar de panificadora, marcenaria e cestaria, casa-modelo, lava-car e horticultura).

Sem dúvida, o trabalho desenvolvido pela Instituição é imprescindível e tem auxiliado muitas pessoas que, na sua condição especial, nem sempre têm condições de alcançar socialização e cidadania. Pelo valoroso trabalho desenvolvido e pela comemoração dos gloriosos 31 anos de fundação, receba a Escola Especializada Primavera (Rua Monte Castelo, 1040 - Tarumã - Curitiba / PR), através de sua diretora, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2540

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Unidade de Promoção Integral “Casa de Joana d’Arc”, pela comemoração de seu primeiro ano de fundação.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi inaugurada em data de 22 de novembro de 2001 a Unidade de Promoção Integral “Casa de Joana d’Arc”, localizada no Bairro Alto, desta Capital.

A Casa de Joana d’Arc é mais uma das instituições mantidas pela Capemi, entidade de previdência privada que atua no ramo de pecúlio (seguros) desde 1960. A Capemi surgiu após a Fundação Lar Fabiano de Cristo ter sido inaugurada em 08 de janeiro de 1958. Com a idéia filantrópica cresceu, houve a necessidade da criação de uma empresa privada que pudesse dar suporte ao projeto. Assim nasceu a Capemi, que há 41 anos vem mantendo convênios com instituições de assistência social, e man-

tém atualmente em todo o Brasil mais de 150 casas de assistência social, atendendo cerca de 74.000 (crianças e idosos) e suas famílias. Só no Paraná são sete casas conveniadas. Em Curitiba esta é a primeira instituição que atenderá cerca de 600 pessoas, com educação, formação profissionalizante, alimentação, atendimento médico e odontológico, proporciona atividades esportivas e recreativas.

Este trabalho só é possível graças ao projeto filantrópico da Capemi que, de cada segurado ou associado retira 13,3% do valor arrecadado com o pagamento do seguro e destina ao atendimento extenso atendimento social que vem desenvolvendo. Vale registrar que a Capemi possui o maior orçamento filantrópico do Brasil e é um exemplo a ser seguido.

A “Casa de Joana d’Arc” com certeza tem se firmado como um local de atendimento social que possibilita a melhoria e o encaminhamento de muitos carentes. Pela ação social que ali tem sido desenvolvida, através do brilhante trabalho filantrópico da Capemi, receba sua coordenação (Rua Guglielmo Marconi, 576 - Bairro Alto - Curitiba / PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2555

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje votos de congratulações ao município de Bom Sucesso-PR, pela passagem do seu 48º aniversário de emancipação político-administrativa, comemorado hoje dia 26 de novembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito senhor José Edílson Vanzella, e ao presidente da Câmara Municipal vereador Claudinor Benedetti, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Paraná, 77 CEP 86940-000 - Bom Sucesso - Paraná.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2557

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem *mui* respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sindicato dos Representantes Comerciais do Paraná (SIN-PR), através do seu presidente, Júlio Maito Filho, em parceria com o Conselho Regional dos Representantes Comerciais (Core-PR) autarquia federal, pelo excelente trabalho desenvolvido junto à sua classe.

Solicito a especial gentileza em modificar a interessada, acerca do voto em apreço até o dia 29.11.2002, no endereço da Rua José Loureiro 746 - Centro, nesta capital, CEP 80010-000.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2551

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto e soberano Plenário, a aprovação de moção de apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à indicação do nome do doutor Arion Mazurkevic para a vaga de juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - Paraná.

A presente moção de apoio deve-se ao notável saber jurídico, ilibada reputação moral e reconhecido senso de justiça do magistrado, professor em diversos cursos de especialização em Direito e de preparação para o exercício da magistratura. Foi Diretor da Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná no período 2000/2001 e atualmente ocupa a condição de vice-diretor.

O juiz Arion Mazurkevic atua desde outubro de 2000 no egrégio Tribunal Regional do Trabalho do Paraná como juiz convocado, em vaga não preenchida do quinto constitucional, proveniente do Ministério Público. Sua atuação na magistratura orienta-se pela qualidade das decisões, equilíbrio e celebridade, sendo merecedora de confiança e admiração por advogados, empregados e empregadores no Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário desta Casa de Leis, seja enviado expediente ao Exmos. Srs. Fernando Henrique Cardoso, presidente da República, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, ministro da Justiça e Euclides Scalco, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2542

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário REQUER envio de expediente ao tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando relação de obras por Secretaria do Estado, em cada município e que se encontrem nos estágios de: a) paralisadas; b) inacabadas.

Em cada obra deverá ser informado: valor investido (atualizado); valor atualizado faltante para conclusão da obra; valor atualizado do orçamento previsto inicialmente para a obra; data de início; data de paralisação; motivo da paralisação; ordenador/responsável.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2548

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao

Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando que remeta a esta Casa de Leis cópia de todo o processo licitatório da construção e reforma do novo museu, inaugurado na cidade de Curitiba, no último dia 22 de novembro do corrente.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2544

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de pedido de informações, ao secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Lubomir Antônio Ficinski Dunin, fazendo os seguintes questionamentos:

01 - qual foi o total gasto nas obras de reforma e construção do Novo Museu inaugurado no último dia 22 de novembro em Curitiba?

02 - foram feitos repasses de instituições financeiras nacionais ou internacionais para as obras do Novo Museu? Sendo positiva a resposta especificar quais os valores desses repasses e quais as instituições credoras.

03 - Qual a modalidade licitatória adotada para a realização das obras?

04 - Qual a empresa vencedora do processo licitatório?

05 - quanto foi pago à empresa que realizou as obras?

06 - Qual a importância paga ao arquiteto Oscar Niemeyer pelo projeto arquitetônico de reforma e construção do Novo Museu?

07 - O governo do Estado foi autorizado pelos órgãos ambientais competentes para o corte das árvores do Bosque do Papa?

08 - A placa de bronze relativa à inauguração do Edifício Castelo Branco com o nome do governador da época é mantida no prédio do Novo Museu? Se retirada, para onde foi levada e qual o motivo de a mesma não estar no prédio?

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) NEREU MOURA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 735/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado o tombamento do patrimônio histórico ferroviário do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O patrimônio de que trata o *caput* deste artigo compreende as linhas da Rede Ferroviária Federal construídas no século XIX e os bens móveis e imóveis envolvidos na prestação do serviço ferroviário.

Art. 2º - O regime legal sobre o tombamento deverá prevalecer sobre o patrimônio, mesmo se vendido, arrendado, permissionado ou conveniado.

Art. 3º - Com a finalidade de preservação permanente, fica vedada a utilização do patrimônio referido no parágrafo único do artigo 1º, desta lei, para uso diverso da prestação de serviço ferroviário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa preservar a história de nossas ferrovias, pelo tombamento das linhas férreas implantadas no Estado do Paraná no século XIX.

Abertas ao tráfego em 1885 para o atendimento do fluxo de transporte de passageiros e cargas, com uma faixa constante de 20 metros de largura, o sistema ferroviário teve seu auge nos anos 70 quando chegou a transportar em 1973, 1974 e 1975 - 234 milhões, 233 milhões e 216 milhões de pessoas, respectivamente.

Com o passar dos anos os governos não acompanharam o desenvolvimento do transporte, relegando ao transporte ferroviário - o mais utilizado para todos os fins em países desenvolvidos do primeiro mundo - um papel figurativo em nossa potencial capacidade logística.

Objetivando a preservação deste importante patrimônio do nosso Estado e buscando evitar a sua depredação, apresentamos o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 736/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar junto à Estrutura da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, serviço especializado de atendimento para receber denúncia de violência contra a mulher.

Art. 2º - O serviço de que trata o artigo anterior contará com um telefone 0800, e pessoas treinadas para receber denúncia de violência contra a mulher.

Art. 3º - A identidade do(a) denunciante será mantida no anonimato, sempre que este(a) assim o desejar.

Art. 4º - As denúncias serão encaminhadas para o Órgão competente para serem investigadas e apuradas.

Art. 5º - O Poder Executivo promoverá campanha de divulgação desse serviço incentivando as vítimas e a sociedade em geral a denunciar toda violência contra a mulher.

Art. 6º - As despesas decorrentes da implantação desse serviço correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa autorizar o Poder Executivo a criar junto à Secretaria de Segurança Pública Estadual, serviço especializado de atendimento para receber denúncia de violência contra a mulher, contanto com a disponibilização de serviços telefônicos do tipo 0800, e pessoas especialmente treinadas para receber as denúncias.

O pretendido serviço visa oferecer um mecanismo ágil e simples para receber e dar encaminhamento às denúncias de violência contra a mulher.

Estudos recentes demonstram que um dos principais fatores que contribui para que a violência contra a mulher não seja denunciada, é a falta de estruturas administrativas especializadas para o atendimento das vítimas e encaminhamento de suas denúncias.

No Estado do Paraná, temos pouquíssimas Delegacias da Mulher, funcionando efetivamente, sendo que as vítimas acabam tendo como única alternativa as delegacias comuns.

Dessa forma, visando aparelhar o combate à violência contra a mulher de forma mais efetiva, é que se apresenta o projeto de lei em epígrafe. E, certo da sensibilidade dos pares desta colenda Casa para com o grave problema que se apresenta, é que pedimos aos nobres parlamentares o apoio e posterior aprovação desta proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não tendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, nós passamos a palavra ao representante da UPE, por cinco minutos, ao senhor Madison de Oliveira.

O SR. MADISON DE OLIVEIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, autoridades, demais presentes, boa tarde.

A solicitação foi feita através da deputada Luciana Rafagnin para que pudesse estar presente aqui hoje, é porque gostaríamos de fazer um convite a todos os deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Amanhã, dia 27 de novembro de 2002, estaremos fazendo a reinauguração da sede histórica da União Paranaense de Estudantes, o casarão da UPE, situado à Rua Carlos Cavalcanti, 1157.

Esse casarão já pertenceu ao cônsul da Paraíba, casarão que foi restaurado para abrigar a sede da UPE, União Paranaense de Estudante, já foi conhecido como consulado da Paraíba pelos curitibanos que viviam na

cidade na década de XX. O imóvel foi construído para moradia e escritório do advogado Benjamim Batista Lins de Albuquerque, um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná, é apelidado de cônsul da Paraíba pelos amigos.

A casa, com peças de mobiliário Luiz XV e piso de mármore, recebia visita de políticos, intelectuais, profissionais liberais influentes que almoçavam e jantavam nas dependências do imóvel. No terreno havia um amplo pomar com um pé de figo, maçã, laranja, ameixa e pêra, além de um parreiral que ocupava quase toda a lateral da Rua João Manoel.

A sede histórica da UPE, tem alguns momentos importantes para ser ressaltado: construído em estilo neoclássico em 1918, a indicação foi adquirida pelo Governo do Estado em 14 de outubro de 1958 e utilizada pelo departamento de Geografia, Terras e Colonização. Em 1959, a casa foi cedida à UPE em regime de comodato, que funcionou por muito tempo como um centro de animação político e cultural da cidade. Com o regime militar, a instituição foi declarada extinta e em 1968, o prédio foi retomado pelo Estado.

Em 1970, o governo do Estado cedeu o imóvel à Paranatur, recém-criada. Em 1975 foi construído outro imóvel ao lado, hoje ocupado pela Casa Latino-americana.

Em 1983, durante o governo de José Richa, com início do processo de redemocratização do país, o imóvel foi novamente cedido em regime de comodato pelo governo do Estado à UPE e funcionou como sede da entidade até 1994.

Com problema em sua estrutura interna, a sede foi desativada por três anos. Uma nova diretoria foi eleita em 1997 e, desde então, a tentativa de realizar o restauro da antiga sede.

Todo esse esforço citado aqui da tentativa de restauro da sede (que foi da gestão 97/99 e na época presidida por Joel Fernando Benin) culminou com o processo de restauração e reforma do casarão histórico há alguns meses atrás.

O dia de amanhã, entendemos que é um momento histórico para o conjunto do Movimento Estudantil Paranaense. Uma sede com tanta importância política e histórica como esta, não poderia deixar de haver a reinauguração sem o anúncio da Assembléia Legislativa.

Estou aqui hoje para convidar a todos os deputados desta Casa a fazerem parte desse momento de festa, de reinauguração da sede histórica da União Paranaense dos Estudantes, e também buscar um entendimento com esta Casa, a compreensão dos senhores deputados, de que aquela sede, hoje, não é simplesmente mais um patrimônio dos estudantes universitários do Estado, e sim, um patrimônio da sociedade paranaense.

Entendemos que utilizar aquele espaço como simplesmente sede administrativa da entidade é muito pouco ou muito pequeno. Precisamos desenvolver naquele espaço, além da parte administrativa da entidade, parce-

rias para que possamos fomentar cultura, desenvolver trabalhos na área social.

Então, o nosso objetivo é buscar parcerias, seja com a Prefeitura da cidade de Curitiba, seja com o governador do Estado, governo federal ou com a iniciativa privada, para que possamos transformar aquele espaço, hoje, que amanhã, no caso, será reinaugurado, em um grande espaço adequado para discussões da política estudantil, da política como um todo e fomentação de cultura; para que possamos transformar um espaço que temos agora num espaço para todos nós e para o bem da sociedade paranaense.

Senhor presidente, senhores deputados.

Muito obrigado pela atenção, e reafirmo aqui o convite para amanhã, às 18h00, na sede histórica da UPE, à Rua Carlos Cavalcanti, 1.157.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Grande expediente, temos inscrito o senhor Mário Lobato, do Conselho Estadual de Saúde, conforme solicitação feita pelo deputado Orlando Pessuti, eleito vice-governador do Estado do Paraná.

Passamos então a palavra ao senhor Mário Lobato por dez minutos.

O SR. MÁRIO LOBATO

Senhor presidente, senhores deputados.

É uma honra poder estar aqui ocupando esta tribuna, designado pelo Conselho Estadual de Saúde.

Acredito que é a primeira vez que o Conselho está podendo ocupar este espaço, nesta Casa de Leis. Infelizmente, por um motivo que para nós parece bastante urgente.

(**Lê**):

“A Saúde é um direito de todos e um dever do Estado”.

C.F. artigo 196

O direito do ser humano à saúde confunde-se com o próprio direito à vida. Talvez por isso, em maior ou menor grau, quase todos os países civilizados garantem aos seus cidadãos o direito à saúde. Porém, muito poucos países têm este direito sagrado escrito em suas constituições nacionais e nenhum outro país, pelo menos que tenhamos conhecimento, tem em sua constituição consignado que é um dever do Estado garantir o direito à saúde.

No entanto, em todo mundo, a garantia do direito à saúde passa por uma enorme crise de financiamento. Custa dinheiro garantir a saúde das pessoas. Os custos da assistência à saúde são crescentes. Cada vez mais dinheiro se gasta e cada vez as necessidades são maiores. As explicações para tanto são várias.

Gasta-se mais dinheiro com a saúde porque a cada dia surgem novas tecnologias, novos medicamentos e os custos destas tecnologias em saúde não têm o caráter substitutivo, elas se somam com as tecnologias já existentes - ao invés de substituí-las e assim aumentar ainda mais os gastos. Por fim, gasta-se mais com a saúde, por-

que com a melhoria das condições de vida, existe uma tendência a um gradativo envelhecimento da população, com cada vez maior longevidade. Com isto há uma crescente utilização dos serviços de saúde, uma crescente necessidade dos chamados medicamentos e tratamentos de uso contínuo e conseqüente aumento dos custos.

Em outros países o problema do financiamento da saúde também existe. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, o sistema público de saúde é restritivo. Só atende aos pobres e aos idosos. Os cidadãos que não são pobres nem idosos o suficiente, tem que pagar por um plano de saúde. Os que não são pobres, nem idosos, nem tem condições financeiras de pagar por um plano de saúde, ficam desassistidos. São quase 40 milhões de pessoas nesta condição. São 40 milhões de pessoas que - caso tenham algum problema grave de saúde - tem que se desfazer de suas poucas posses para custear o seu tratamento.

O Sistema Único de Saúde do Brasil é universal. Todos têm direito, ricos ou pobres, jovens ou idosos. Atende a todos de uma forma plena, oferecendo todos os níveis de complexidade, desde a vacinação básica, até a mais sofisticada cirurgia cardíaca. Nenhum plano ou seguro de saúde privado oferece tanto. O mais incrível é que, mesmo gastando quase um décimo do que gastam os americanos, conseguimos oferecer tudo isto sem qualquer restrição.

Os gastos com saúde em nosso país representam quase 40% de todos os gastos sociais do governo federal, excluídos os gastos com a Previdência. Gastamos por ano um total de 70,8 bilhões de reais com saúde (dados de 1998). Em termos totais, um dos maiores mercados do mundo. No entanto, este gasto significa em termos per capita, apenas R\$447,00/habitante/ano. Um valor muito baixo, principalmente se considerarmos que a Organização Mundial de Saúde preconiza um gasto mínimo de U\$500,00/hab/ano para se operar minimamente um sistema de saúde.

O sistema de saúde no Brasil é de natureza tripartite. Todas as esferas de governo têm que contribuir com seu financiamento. Evidentemente, esta tripartição ocasionou inúmeras distorções. De maneira geral, considerados os três níveis (federal-estadual e municipal), o segmento dos municípios tem sido o mais sacrificado. A introdução da municipalização da saúde transferiu aos municípios muitas responsabilidades, porém sem que se tenha avançado com o financiamento correspondente. O nível federal, embora ainda não tenha alcançado níveis suficientes, responde por pouco mais de 60% do total gasto. Por outro lado, se houve algum segmento que esteve muito aquém das suas responsabilidades no tocante ao financiamento da saúde, este setor foi o dos governos estaduais.

Em 1999, como resultado de uma história e intensa mobilização popular, foi promulgada a Emenda Constitucional de nº 29, a EC 29. A principal motivação desta Emenda foi no sentido de se garantir na Constituição

Federal a vinculação de recursos mínimos para assegurar o financiamento das ações e serviços de saúde. Desta forma, União, Estados e Municípios tem que vincular percentuais mínimos de sua arrecadação própria para a saúde. O percentual estabelecido para os Estados foi o de 12%. Conhecedor das dificuldades que teriam os estados para estarem se adequando a esta nova situação, o legislador introduziu no texto constitucional uma salvaguarda, garantindo que a elevação dos percentuais mínimos se daria de forma gradual, partindo de um mínimo de 7% no ano 2000.

Atentem bem, senhores. A Constituição Federal determinou que os Estados da federação deveriam gastar em 2000 um mínimo de 7% de sua arrecadação com a saúde. Reconheceu ser este o patamar mínimo aceitável. Pois bem: Nunca, em toda a história recente de Paraná, se alcançou este percentual. O Estado do Paraná nunca gastou mais do que 4% do seu orçamento em saúde. Ou seja: já saímos em desvantagem... Em 1999 o Paraná gastou 2,99% do seu orçamento. Em 2000 quando o mínimo seria 7%, gastou apenas 2,65% e em 2001, o Paraná gastou 3,66%, quando o mínimo seria de 8%. Ou seja:

2000 - Preconizado pela EC 29: 7%
(R\$309.952.000)

- aplicado: 2,65% (R\$73.733.767)

- ou Menos R\$236 Milhões do que deveria

2001 - Preconizado pela EC 29: 8%
(R\$377.472.000)

- aplicado 3,66% (R\$172.693.570)

- ou Menos R\$205 Milhões do que deveria

Nos dois últimos anos (2000 e 2001), de acordo com o que preconiza a constituição e segundo interpretado do CNS. O estado do Paraná deixou de aplicar em saúde R\$441 milhões.

E o que seria possível realizar com este dinheiro todo?

- Dobrar o Piso atual de Atenção Básica apoiando os municípios na reorganização da atenção nesta área;

- construir, equipar e custear 22 Centros de Apoio Psico-Social, contribuindo para reorganização da Política de Saúde Mental no Estado;

- reestruturar toda rede ambulatorial especializada readequação ou construindo 22 Centros Regionais de especialidade e contribuindo efetivamente no seu custeio;

- dobrar a disponibilidade atual de medicamentos - básicos e especializados - à população

- contribuir na ampliação da oferta em áreas assistenciais estranguladas como Unidades de Terapia Intensiva, Urgência/Emergência, etc.;

- aperfeiçoar a execução das políticas típicas do nível estadual (sangue, controle estadual de endemiais etc.) e as ações de epidemiologia, zoonose e controle de doenças em parceria com os municípios: etc., etc., etc., etc.

A quantia sonhada à saúde nos últimos anos, Em Flagrante Desrespeito à Norma Constitucional, certa-

mente vem fazendo falta. Somado ao desfinanciamento que também ocorreu nos níveis federal e municipal, fez que o Paraná ficasse com um valor per capita Abaixo da Média Nacional. O Paraná gasta com saúde pública apenas R\$136,00/hab/ano (2001) muito abaixo da média nacional, que está próxima aos R\$200,00. Isto tudo em um Estado que se diz moderno, que apregoa aos 4 ventos a qualidade de vida de seus cidadãos, mas que no momento em que é chamado a garantir o mais fundamental dos direitos, que em última instância é o direito à vida, se omite, se retrai, sonega o financiamento. Uma vergonha.

A situação proposta para 2003 permanece idêntica. O orçamento que foi encaminhado a esta Casa pelo governo do Estado, representa uma diferença Para Menos de praticamente 300 milhões de reais em relação aos valores mínimos previstos na Constituição. Para um valor mínimo de 573,8 milhões, o Estado apresentou um total de 251 milhões. Menos da metade do que seria o mínimo.

Porém existe um fator ainda mais grave. Existe uma tentativa de confundir a opinião pública, acrescentando de forma irregular valores indevidos como se fizessem parte do orçamento da saúde. gastos com outras secretarias de governo, que não são contabilizados no Fundo Estadual de Saúde, que não são reconhecidos tanto pelo Conselho Nacional de Saúde, como pelo Ministério da Saúde para fins de calculo da EC 29, são incorporados de forma irregular, de forma dissimulada, em uma atitude que não recomenda a boa prática administrativa, visando burlar a legislação, e neutralizar os efeitos da norma constitucional.

Desta forma, incluem-se como gastos universais com a saúde as despesas com o Sistema de Assistência à Saúde, um sistema fechado de saúde, destinado a funcionários, que não é universal, nem tem livre acesso, cuja contabilização é explicitamente vedada pelo CNS e pelo MS. Os hospitais universitários são contabilizados na educação... mas também na saúde, visando a EC 29. A distribuição de cestas básicas, as verbas oriundas de acordos internacionais com o Japan Bank destinadas ao Paranasan, gastos da Secretaria de Segurança enfim, o governo do Estado pretende incluir quase que todo o orçamento estadual como forma de tentar se adequar à constituição mediante malabarismos contábeis, porém fugindo ao direito.

É importante consignar, senhores deputados, que a legislação em vigor prevê penalização aos Estado que não obedecerem à Constituição e deixarem de aplicar recursos mínimos em saúde. A Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal determinam a suspensão dos repasses federais ao Estado. Caso o orçamento do Estado do Paraná para 2003 seja aprovado, estaremos incorrendo em uma ilegalidade, uma afronta à Constituição, e estaremos sujeitos à conseqüente penalização.

Se os senhores olharem para as galerias, verão que lá se encontram cidadãos usuários do SUS, também lá estão trabalhadores, profissionais de saúde e gestores do

SUS. Todos aqui presentes visando garantir pelo menos o mínimo, pelo menos o patamar constitucional para a saúde, sob pena - em caso de insucesso - de tornar praticamente inviabilizada a gestão do SUS no Paraná.

Porque Estamos Aqui Hoje? Estamos aqui cumprindo nosso dever de cidadãos. Viemos de todos os pontos do nosso Estado. A maioria de nós é formada por conselheiros de saúde. A Constituição defere o nosso exercício como função de relevância pública. Assim como defere à saúde o tratamento e “relevância pública”. A saúde única questão explicitamente tratada como de relevância pública na constituição. Se o artigo 196 da Constituição define a saúde como um dever do Estado, a Lei Orgânica da Saúde vai mais além lá está consignado:

“O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade”

Lei 8080, artigo 2º, parágrafo 2º.

Agradeço a atenção dos senhores.”

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário das Lideranças: PL, PSC, PSL, PPS, PDT, PT.

Com a palavra a deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Ao usar a tribuna hoje quero, em primeiro lugar parabenizar o Conselho Estadual de Saúde, que esteve reunido pela parte da manhã. Nós sabemos que houve essa audiência pública.

Ao mesmo tempo que peço desculpas por não poder participar, tínhamos o convite, mas também tínhamos, na mesma hora, uma reunião da CPI dos Alimentos e que está em sua fase final e nós estivemos dela participando, mas estamos acompanhando há vários dias a discussão, toda essa luta, esse trabalho que o Conselho Estadual de Saúde vem fazendo na reivindicação de um valor maior, de um recurso maior no orçamento do Estado do Paraná. Não se trata só de um recurso maior, mas, sim, do recurso necessário e garantido por lei, mas que infelizmente não vem sendo cumprido, não vem sendo colocado em prática o que a lei hoje diz e que, de certa forma, padecem todos os paranaenses por falta de um atendimento maior à nossa saúde.

Olhava os dados da Saúde que vieram no orçamento, e uma coisa que nos deixa perplexos é a questão de vermos constando como gasto de saúde o dinheiro destinado a “Paraná Esporte”, projeto “Verão Paranaense”, outro recurso destinado também a “Paraná Esportes”, projeto “Paraná Menor Idade”, “Caminha Paraná”; recursos destinados à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, recursos hídricos; recursos destinados à Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento, tudo isso constando no orçamento, constando como gastos à Saúde. Não conseguimos entender dessa forma e por isso acredito que a Saúde do Paraná vai mal!

Nós precisamos realmente fazer alguma coisa e eu acredito que ainda é possível conversar com este governo, que ainda é possível conversar com o secretário de Saúde do Estado do Paraná, para que venham mudanças no Orçamento. Amanhã é o último dia de entrega de Emendas no orçamento do Estado do Paraná, mas mesmo que nós, todos os deputados, entrássemos em um entendimento, não seria possível ou nós não teríamos em mãos esse recurso necessário para colocar na rubrica da saúde.

Então, é preciso que venha, sim, uma proposta do governo do Estado do Paraná, que venha da Secretaria da Saúde essa mudança no orçamento e no qual nós esperamos que até amanhã consigamos entrar em um entendimento e poder melhorar o orçamento de Saúde do Estado do Paraná.

Também um outro assunto que me traz à tribuna nesta tarde é com relação ao dia de ontem, quando nós comemorávamos ou celebrávamos o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Em 1999 as Nações Unidas designaram oficialmente a data de 25 de novembro como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Sabemos que existem muitas formas de organização das mulheres, hoje, no nosso país e também no nosso Estado do Paraná. Já obtivemos muitas conquistas, mas também sabemos que ainda existe muita discriminação e muita coisa a ser feita.

Falo da violência que acontece no dia-a-dia às mulheres paranaenses e às mulheres brasileiras quando são vítimas da violência do analfabetismo, onde os dados que temos nos dizem que 2/3 dos analfabetos são mulheres e onde também nos dizem que 70% do total de pessoas que vivem em condições de miséria absoluta são mulheres.

Isso demonstra que as mulheres ainda são muito vítimas, tanto do analfabetismo, do preconceito que existe na sociedade. Sabemos que são muitas as mulheres que trabalham no mesmo setor que trabalha o homem, mas, no entanto, ela recebe, às vezes, a metade do que o companheiro homem recebe fazendo o mesmo trabalho, trabalhando no mesmo setor.

Sabemos também que a violência que ocorre contra a mulher e a mais grave que consideramos, é com relação à violência que a mulher sofre dentro de casa e que sofre nas ruas da nossa cidade, do nosso Estado e do nosso País.

Por isso, recebemos, em mãos, do Fórum Popular de Mulheres, da Central dos Movimentos Populares e também da União Brasileira de Mulheres, recebemos um documento que denuncia a violência por que passam as mulheres hoje e que pede algumas providências.

Esperamos, nos próximos dias, dar encaminhamento para que possamos fazer alguma coisa pela violência que ocorre contra as mulheres. Ao mesmo tempo que estou protocolando no dia de hoje um projeto nesta Casa de Leis que autoriza o Poder Executivo a criar junto da Secretaria de Segurança Pública, o serviço especializado

em atendimento para receber denúncias de violência contra à mulher.

Esse projeto, estaremos dando entrada nesta tarde e esperamos poder contar com o apoio de todos os senhores deputados, porque com certeza estaremos ajudando muito a combater a violência contra a mulher.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PPB, PMDB, PFL, PSDB, PDT, Liderança da Oposição.

(**Todos declinam**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício GAB/2002, subscrito pela senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando autorização do uso da tribuna dessa Casa de Leis, no dia 26 do corrente mês no horário da Sessão Plenária, para os estudantes da UPE - União Paranaense de Estudantes. Entidade essa que será reinaugurada no dia 27 deste mês. **À DAP para os devidos fins.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria dos senhores deputados Duílio Genari, Edno Guimarães, Ademar Traiano, Valdir Rossoni, Luiz Carlos Zuk, e demais senhores deputados, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. (Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos senhores deputados.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/2002, de autoria do Tribunal de Contas, que cria cargos na estrutura do quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2550, de autoria dos deputados Antonio Annibelli, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier e demais deputados, constante do

expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 03 Sessões.

O referido projeto já foi retirado uma vez da Ordem do Dia e nós vamos colocar em votação o requerimento. **A Mesa deixa de receber o requerimento.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, por favor, quando foi retirado esse projeto, e, retirado a pedido de quem?

Qual é o requerimento que foi aprovado para retirar da Sessão?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Já vou informar-lhe.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, sugiro a V. Exa. que deixe esse item da pauta posterior e vamos votando os outros enquanto a assessoria descobre as informações que V. Exa. precisa prestar à Casa

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. apresente então, requerimento, para que seja colocado por último na presente Sessão.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Só pedimos que V. Exa. encaminhe depois o requerimento.

Em votação o requerimento apresentado pelo deputado Nereu Moura pedindo que seja o último a ser votado na presente Ordem do Dia.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

O presidente Hermas Brandão, nos confirma neste instante que o projeto que os funcionários da Assembleia estão aguardando entrará em votação antes do término do período legislativo dessa Sessão legislativa.

Então, diante do compromisso que já existia e que nós cremos no senhor presidente, vamos abrir mão dessa votação em favor do Tribunal de Contas, sabedores do compromisso e da palavra do presidente que sempre honrou com seus compromissos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O deputado Nereu Moura também retirou o requerimento.

Vamos colocar então em votação o item nº 1, Substitutivo Geral da CCJ.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu solicitei informações e gostaria que V. Exa. me prestasse as informações. Ou não tem informações?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Tem informações.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Aguardo, espero e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ele já foi retirado diversas vezes, deputado, foi retirado por cinco Sessões no dia 02 de julho de 2002, depois foi retirado novamente dia 9 de setembro. Já foi retirado duas vezes. Com base no Regimento Interno...

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Não é possível receber o pedido de mais uma retirada.

Obrigado pela informação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o Substitutivo Geral da CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Vai à terceira votação, posteriormente.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, registre o voto contrário do PT.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, registre o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Devidamente registrados.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que acrescenta alíneas "Q" e "R" ao inciso II, do Art. 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996; (ICMS). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 31/2002, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao município de Tibagi, do imóvel de propriedade do Estado, situado naquele município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.

Sobre o referido projeto, requerimento nº 2533, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 553/2002.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 567/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 32/2002, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao município de Santo Antonio do Caiuá, do imóvel de propriedade do Estado, situado naquele município. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.**

Sobre o referido projeto, requerimento nº 2533, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 567/2002.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 637/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Comunidade Hebraica Cristã, com sede e foro no município de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 670/2002, de autoria do deputado Cesar Seleme, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Moradores Proprietários de Witmarsum, de Palmeira, com sede e foro no município de Palmeira. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 672/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Chama Crioula, com sede e foro no município de Toledo. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 675/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres/APM, da Escola Municipal Independência - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Boa Esperança. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado, o Substitutivo Geral da C.C.J. artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 683/2002, de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública, a Rede Brasileira para Conservação dos Recursos Hídricos e Naturais Amigos das Águas, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, requerimento nº 2559A, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 683/2002.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 684/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Jardim Universitário - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 689/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Servidores Municipais de Goioerê- ASSEMUG, com sede e foro na comarca de Goioerê. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/2001, de autoria do deputado Renato Gaúcho, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. (Publ. no DA nº 071/2001, de 29.05.2001).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 207/2001**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 207/2001, de autoria do deputado Renato Gaúcho, institui o Código Estadual de Proteção aos Animais.

Foi promovida diligência junto ao órgão estadual encarregado da política de meio ambiente em junho de 2001. Até o presente momento não foi obtida resposta.

Assim, considerando o disposto no artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal (compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza e controle da poluição), bem como o previsto no artigo 6º, parágrafo 1º, da Lei Federal 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, os Estados elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo Conama - Conselho Nacional de Meio Ambiente, não resta dúvida que o Estado pode legislar sobre a matéria.

Em razão do exposto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do projeto de Lei nº 207/2001.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 207/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 207/2001, de autoria do deputado Renato Gaúcho, institui o Código Estadual de Proteção aos Animais.

É mais que oportuno e de extrema necessidade esse projeto de lei, uma vez que se constituirá em uma ferramenta de proteção aos animais, ainda ausente no Estado do Paraná, que muito contribuirá para a ação de fiscalização dos órgãos competentes.

Assim, somos de parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

Sobre o referido projeto, requerimento nº 2541, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 207/2001.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 556/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que estabelece regime fiscal do ICMS nas importações, realizadas através da Estação Aduaneira Interior de Maringá - FADI. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/2002, de 12.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 556/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, visa estabelecer Regime Fiscal do ICMS nas importações realizadas através da Estação Aduaneira Interior de Maringá - EADI.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 556/2002

P A R E C E R :

O plano de lei em exame é de autoria do deputado Hermas Brandão, que estabelece Regime Fiscal do ICMS nas importações realizadas através da estação Aduaneira Interior de Maringá - EADI.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Procedida a análise da proposição, no que compete a esta Comissão Permanente, de acordo com o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, nada encontramos que possa impedir a tramitação do projeto de lei em epígrafe, visto que este objetiva a manutenção de importante segmento econômico regional, beneficiando a economia regional e gerando arrecadação tributária, tanto para o Estado como para o município.

Desta forma, esta Comissão de Finanças manifesta seu parecer favorável à proposição em questão, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 660/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/2002, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio de cooperação técnica não reembolsável com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, propiciando a implementação do Programa de Sistema de Transporte Urbano Sustentável no Paraná. PARECERES DA CCJ E CF. **(Publ. no DA nº 129/2002, de 21.10.2002 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 660/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa autorizar o Poder Executivo a firmar convênio de cooperação técnica não reembolsável no valor de US\$750.000,00 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para implementação do Programa de Sistema de Transporte Urbano Sustentável no Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 660/2002

P A R E C E R :

O plano de lei em exame é de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 46/2002, autorizando o Poder Executivo a firmar Convênio de Cooperação Técnica não Reembolsável no valor de US\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil dólares) com o Banco Interamericano de

Desenvolvimento - BID, para implementação do Programa de Sistema de Transporte Urbano Sustentável no Paraná.

Procedida a análise da proposição, no que concerne à competência da Comissão de Constituição e Justiça, esta não encontrou óbice referente à constitucionalidade e legalidade da matéria.

Em conformidade com a Lei nº 8.917/88, os recursos advindos do BID, assim como os resultados de suas aplicações, integração o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU.

O projeto em análise, ainda, autoriza o Poder Executivo abrir créditos adicionais para atendimento das despesas das referidas aplicações, sendo estes provenientes do convênio supracitado.

Desta forma, esta Comissão de Finanças manifesta seu parecer favorável à proposição em questão, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2546, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões. **Retirado pelo autor.**

Ainda sobre o referido projeto, Requerimento nº 2549 de autoria do deputado Edson Strapasson, constata do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia e que o mesmo seja remetido à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação desta Casa para discussão e emissão de parecer. **Retirado pelo autor.**

Consulto o autor do requerimento, deputado Edson Strapasson, se está retirando o requerimento da pauta.

O SR. EDSON STRAPASSON

Esse requerimento é para que passe para a Comissão de Obras. Votamos em 1ª discussão; amanhã tem reunião, já entra com parecer na Comissão de Obras. Pode votar normalmente, hoje.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

O encaminhamento do deputado Strapasson já foi correto. Podemos aprovar em 1ª discussão e amanhã manda para a Comissão de Obras.

O SR. EDSON STRAPASSON

Inclusive temos uma reunião amanhã e podemos recolocá-lo na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Podemos colocá-lo amanhã.

1ª Discussão do Projeto de Lei 660/2002. Mensagem 046/2002. **Aprovado.**

Determino o encaminhamento à Comissão de Obras e Transporte da Casa, ao deputado Edson Strapasson.

E que fique, conforme o entendimento, na Ordem do Dia de amanhã.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 697/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/2002, que prorroga para 29 do corrente mês, prazo para pagamento da parcela única ou da primeira parcela de créditos tributários de que trata a Lei nº 13.798, de 12 de setembro próximo passado, conforme especifica. **PARECERES DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 138/2002, de 11.11.2002 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 697/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa prorrogar para 29 de novembro de 2002, o prazo constante do parágrafo 1º e do inciso IV do parágrafo 3º, ambos do artigo 1º, da Lei 13.798, de 12 de setembro de 2002 (Créditos Tributários).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 697/2002

P A R E C E R :

O plano de lei em exame é de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 49/2002, autorizando o Poder Executivo prorrogar para 29 de novembro de 2002, o prazo constante no parágrafo 1º e do inciso IV do parágrafo 3º, ambos do artigo 1º, da Lei 13.798, de 12 de setembro de 2002.

Procedida a análise da proposição, no que concerne à competência da Comissão de Constituição e Justiça, esta não encontrou óbice referente à constitucionalidade e legalidade da matéria.

A lei acima nominada dispõe que créditos tributários inscritos em Dívida Ativa até 30 de junho de 2002, ajuizados ou não, poderão ser pagos em parcela única ou em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais sucessivas. O prazo constante no parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 13.798, expirou dia 31 de outubro de 2002. O vencimento da primeira parcela de pagamento, conforme a lei já citada, igualmente expirou em 31 de outubro de 2002, conforme consta no inciso IV do parágrafo 3º do artigo 1º.

Desta forma, esta Comissão de Finanças manifesta seu parecer favorável à proposição em questão, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2545, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões. **Retirado pelo autor.**

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está retirado o requerimento.

Está em discussão a Mensagem 049/2002, Projeto de Lei nº 697/2002. **Aprovado.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2524, de autoria do deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2526, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Deferido.**

Requerimento nº 2555, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2527, de autoria do deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2530 a 2532, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2534 e 2557, de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2538 a 2540, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2544, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2551, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2554, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2542, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em Discussão.**

Verificação de votação a pedido do deputado Durval Amaral.

Chamada nominal, a pedido do deputado Neivo Beraldin.

Há número suficiente.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se na forma regimental.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Independentemente dessa questão, estou fazendo um apelo ao deputado Nereu Moura, nobre líder do PMDB, para que retire o requerimento ou que ele fique sobrestado na mesa, porque eu trarei essas informações solicitadas pelo deputado Nereu Moura nos próximos dias ao nobre deputado, razão pela qual, se V. Exa. entender que é possível esse entendimento das lideranças, eu fico muito agradecido e pessoalmente lhe encaminharei as informações solicitadas.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, como o nosso objetivo é de ter as informações e não de polemizar sem ter conhecimento das informações, solicito a V. Exa. que deixe o requerimento em pauta até que o deputado Durval possa trazer as informações sem a necessidade de aprovar.

Em que pese, senhor presidente, essas informações, com certeza nós teremos acesso a elas, gostaríamos de tê-las ainda neste governo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 2548, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. NEIVO BERARDIN

Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já solicitou para discutir. Adia-se na forma regimental, de acordo com o artigo 155 do Regimento Interno.

Quero participar aos companheiros parlamentares que às 17h30, teremos no Salão Nobre da Casa o lançamento do livro do nosso estimado Leo de Almeida Neves.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 503 e 675/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 660 e 697/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 373, 597, 671/2001; 206, 383, 391, 393, 547, 562, 575, 702, 703 e 704/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e dois, às onze horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos senhores deputados membros da Comissão, abaixo-assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 135/2002 - submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos senhores deputados referente ao mês de outubro de 2002; Proposição nº 136/2002 - submeter à aprovação da prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 2001 e Proposição nº 089/2001 - submeter à aprovação de contas do Governo do Estado e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, exercício de 2000. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari abriu os trabalhos, passando a palavra ao senhor deputado Hermes Fonseca, relator da Proposição nº 135/2002, que trata da prestação de contas da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de outubro de 2002, conforme Resolução nº 15/92, de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14. Examinada a matéria pelo senhor relator, este concluiu que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, concluindo pelo parecer FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi acompanhado por todos deputados presentes. Após, foi dada a relatoria ao deputado Marcos Isfer, que manifestou seu parecer FAVORÁVEL à Proposição nº 136/2002, que trata da prestação de contas que compõem os demonstrativos e balanços financeiro, orçamentário e patrimonial, relativos ao exercício de 2001, desta Assembleia Legislativa, uma vez que atendem a legislação em vigor, dada à sua correção. Os deputados presentes aprovaram por unanimidade a referida proposição. A seguir, usou a palavra o deputado Geraldo Cartário, que relatou a Proposição nº 089/2001, que trata da prestação de contas do Governo do Estado e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme protocolos 13.702-2/01TC e 7.370-7/01TC, relativas ao exercício financeiro de 2000. Após análise conclusiva sobre os documentos apresentados, deliberou pelo parecer FAVORÁVEL, sendo acompanhado por

todos senhores deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da Comissão, deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nº 328/2002, 596/2002, 600/2002, 607/2002 e 616/2002, e o deputado Antonio Carlos Belinati apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 124/2002, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nº 237/2002, 257/2002 e 478/2002, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 180/2002, que foi aprovado sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 08ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dois, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: José Maria Ferreira, Algaci Tulio, Moysés Leônidas, Plauto Miró Guimarães, Sérgio Spada, Duílio Genari e Ademar Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 158/2000, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli. Parecer do senhor deputado Ademar Traiano, FAVORÁVEL à emenda nº 01 e CONTRÁRIO à emenda nº 02, ambas de Plenário - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 658/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dois, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Hermes Fonseca,

Marcos Isfer, Algaci Tulio, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Sérgio Spada e Orlando Pessuti. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 696/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Ademar Traiano - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 200/2002, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Ademar Traiano - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 468/2002, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Ademar Traiano - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 632/2002, de autoria do senhor deputado Durval Amaral. CONCEDIDO VISTAS ao senhor deputado Algaci Tulio; 05) Projeto de Lei nº 697/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Ademar Traiano - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 652/2002, de autoria do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS aos senhores deputados Algaci Tulio e Marcos Isfer; 07) Projeto de Lei nº 660/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Ademar Traiano - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 503/2002, de autoria do Tribunal de Contas. Encaminhado pela presidência desta Casa de Leis, a emenda de plenário recebeu parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 618/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão; Projeto de Lei nº 628/2002, de autoria do Poder Executivo, ambos anexos. CONCEDIDO VISTAS ao senhor deputado Hermes Fonseca; 10) Projeto de Lei nº 703/2002, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Baratter. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 704/2002, de autoria do senhor deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 702/2002, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 597/2001, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada, na forma da emenda anexa - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 373/2001, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 132/2002, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin. Parecer CONTRÁRIO do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 491/2002, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia. Parecer CONTRÁRIO do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 188/2002, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati e Projeto de Lei nº 313/2002, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio, na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 473/2002, de autoria do senhor deputado Ângelo

Vanhoni; Projeto de Lei nº 381/2002, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere; Projeto de Lei nº 241/2002, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia; e Projeto de Lei nº 528/99, de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, todos anexos. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio, na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 153/2001, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário e Projeto de Lei nº 155/2001, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, ambos anexos. CONCEDIDO VISTAS ao senhor deputado Algaci Tulio; 20) Projeto de Lei nº 224/2002, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma. CONCEDIDO VISTAS aos senhores deputados Orlando Pessuti e Algaci Tulio; 21) Projeto de Lei nº 383/2002, de autoria do senhor deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 393/2002, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 454/2002, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira. CONCEDIDO VISTAS ao senhor deputado Orlando Pessuti; 24) Projeto de Lei nº 547/2002, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Orlando Pessuti - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dois, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Hermes Fonseca, Algaci Tulio, Carlos Simões, José Maria Ferreira, Plauto Miró Guimarães, Caíto Quintana, Orlando Pessuti e mais os senhores deputados Edson Strapasson e Eli Ghellere. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 668/2002 de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 670/2002 de autoria do senhor deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 681/2002 de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁ-

VEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 666/2002 de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 669/2002 de autoria do senhor deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 700/2002 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO. Neste momento o senhor presidente, deputado Basílio Zanusso, convida o senhor deputado para assumir a presidência da presente reunião. 07) Projeto de Lei nº 658/2002 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 564/2002 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, à emenda de plenário - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 67/2002 de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin. O senhor deputado Plauto Miró Guimarães, relator da matéria, REQUER DILIGÊNCIA junto ao Detran - DEFERIDO; 10) Projeto de Lei nº 125/2001 de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 531/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, à emenda de plenário - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 310/2002 de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 275/2002 de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Caíto Quintana - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 477/2002 de autoria do senhor deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Caíto Quintana - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 387/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Justus. Parecer CONTRÁRIO do senhor deputado Carlos Simões - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 321/2002 de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Carlos Simões - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 643/2002 de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas. O senhor deputado José Maria Ferreira solicita que a MATÉRIA SEJA RETIRADA de pauta para verificar projeto de lei semelhante de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - DEFERIDO; 18) Projeto de Lei nº 566/2002 de autoria do senhor deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Carlos Simões - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 552/2002 de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Carlos Simões - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 684/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Carlos Simões - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 685/2002 de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins. Pare-

cer FAVORÁVEL do senhor deputado Carlos Simões - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 686/2002 de autoria do senhor deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Carlos Simões - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 689/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Carlos Simões - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 637/2002 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Carlos Simões - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 677/2002 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Carlos Simões - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 672/2002 de autoria do senhor deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Carlos Simões - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 683/2002 de autoria do senhor deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Carlos Simões - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 680/2002 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Carlos Simões - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 675/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 312/2002 de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Orlando Pessuti, na forma da emenda anexa - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 423/2002 de autoria do senhor deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 403/2002 de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO;

33) Projeto de Lei nº 214/2000 de autoria do senhor deputado Ricardo Chab. Parecer CONTRÁRIO do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 171/2001 de autoria do senhor deputado Ricardo Chab. O senhor deputado Algaci Tulio, relator da matéria, REQUER DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Administração - DEFERIDO; 35) Projeto de Lei nº 627/2002 de autoria do senhor deputado Sérgio Spada. Parecer CONTRÁRIO do senhor deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 65/2001 de autoria do senhor deputado Sérgio Spada. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 555/2002 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 228/2002 de autoria do senhor deputado Algaci Tulio. Parecer CONTRÁRIO do senhor deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 625/2002 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. CONCEDIDO VISTAS ao senhor deputado Caíto Quintana; 40) Projeto de Lei nº 658/2002 de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães. CONCEDIDO VISTAS aos deputados Caíto Quintana e Orlando Pessuti. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária